



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Cópia aos Vereadores Geraldo Bicalho, Roldado, Sebastião Antonietto e Jone Gaspar dos Santos. Ubá, MG, 24/04/95

A E.L.J.R.

Ubá, MG, 24/04/95

Antônio Carlos Jacob
Vereador - Antônio Carlos Jacob
Presidente da Câmara

PROJETO DE LEI Nº 021/95

Antônio Carlos Jacob
Vereador - Antônio Carlos Jacob
Presidente da Câmara

Dispõe sobre a isenção do pagamento de IPTU-Imposto Predial e Territorial Urbano no Município de Ubá, a classe de contribuintes que menciona e dá outras providências.

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento de IPTU-Imposto Predial e Territorial Urbano, a partir do exercício financeiro de 1996, os contribuintes do Município de Ubá, que estejam enquadrados nas seguintes condições:

- I - possuam um único imóvel;
- II - sejam aposentados ou pensionistas;
- III - possuam renda inferior a 02 (dois) salários-mínimos.

Art. 2º - Para o cumprimento desta Lei, deverão os contribuintes interessados e atingidos pela mesma, fazerem solicitação junto a Prefeitura Municipal de Ubá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

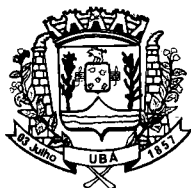
Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Vereador Lincoln Rodrigues Costa",
da Câmara Municipal de Ubá, aos 24 de abril de 1995.

Célio Botaro

Vereador Célio Botaro

*Retirado da tramitação por
solicitação do autor, sendo substi-
tuído pelo Projeto de Lei nº 024/95.*



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

J u s t i f i c a t i v a

Ao apresentar o presente projeto na noite de hoje, pretendo que seja isentado do pagamento de IPTU-Imposto Predial e Territorial Urbano, as pessoas residentes em nosso Município, que sejam aposentados ou pensionistas; que possuam apenas um imóvel; e que recebam um máximo de 02 (dois) salários-mínimos como renda mensal.

Entendo que o número de contribuintes contemplados pela legislação proposta não é significativo a ponto de comprometer ou prejudicar a arrecadação municipal, mas que permitirá aos contribuintes atingidos pela mesma uma situação mais tranquila, visto que, para os mesmos o imposto pode representar o comprometimento de uma parcela considerável de seus rendimentos mensais.

Pelos motivos acima expostos e que são do conhecimento dos nobres pares, pela proximidade que possuem com seus eleitores, espero contar com o apoio dos mesmos para a aprovação desta matéria e da compreensão e acatamento por parte do ilustre Chefe do Executivo para a sua competente sanção e vigência.

Cordialmente,

Sala das Sessões "Vereador Lincoln Rodrigues Costa",
da Câmara Municipal de Ubá, aos 24 de abril de 1995.

Vereador Célio Botaro